

## A RELEVÂNCIA DA EPISTEMOLOGIA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Rhyvia Laura Silva Vieira<sup>1</sup>

### GT 2 – Educação e Ciências Humanas e Socialmente Aplicáveis

#### RESUMO

O ensino de História atual no Brasil faz-se, ainda, sob moldes tradicionais constituídos ao longo do século XX. A cultura escolar, de caráter normativo e controle social, submete a aprendizagem histórica como mero recorte entre passado e presente. Deste modo, a epistemologia pode auxiliar os docentes, no que tange a busca por novas abordagens e métodos significativos no ensino e aprendizagem da disciplina supracitada. Esta pesquisa, de cunho qualitativo, possui como finalidades a reflexão sobre a prática docente no ensino de História no país, bem como a ênfase na importância dos conhecimentos epistemológicos e suas conexões entre passado, presente e futuro, na preservação e contextualização da identidade de uma sociedade.

**Palavras-chaves:** Ensino. Epistemologia. História.

#### ABSTRACT

The teaching of current History in Brazil is still done under traditional forms constituted throughout the 20th century. The school culture has been normative character and social control, submits the historical learning as a simple cut between past and present. That way, epistemology can help teachers in their own search for meaningful new approaches and methods what concerns teaching and learning the subject. This study, can be described as qualitative in nature, and has the purpose of reflecting about the teaching practice in Brazil's History education as well as presenting the importance of epistemological knowledge and its links between past, present and future in order to preserve and contextualize the identity of a society.

**Key words:** Teaching. Epistemology. History.

#### INTRODUÇÃO

O presente artigo foi idealizado durante a disciplina “Fundamentos Epistemológicos e Metodológicos da Pesquisa”, pela Universidade Tiradentes, como trabalho final, a fim de compor a média para aprovação. Foi proposta uma produção científica capaz de estabelecer um elo entre os variados autores apresentados durante o módulo. Sua composição abarca ferramentas e experiências adquiridas pela autora em sua jornada enquanto professora de História, na rede particular de ensino.

Este trabalho nasce da busca por uma nova perspectiva histórica, bem como a

---

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Tiradentes (Unit); Mestranda em Educação pela Universidade Tiradentes (PPED/Unit). Bolsita Prosup/CAPES.

maneira de contá-la/ensiná-la. Forma esta que se desprenda dos padrões tradicionais historicistas, isto é, aqueles que buscavam na cultura histórica o seu próprio norte, por meio dos grandes acontecimentos, impedindo o olhar para o presente e novas criações, novos acontecimentos e novos sujeitos.

Segundo Nietzsche (2017, p.):

Quando o sentido de um povo se enrijece desta forma, quando a história serve de tal modo à vida passada, quanto o sentido histórico não conserva mais a vida, mas a mumifica: então a árvore morre de maneira nada natural, de cima para baixo, paulatinamente em direção às raízes – por fim, mesmo as raízes parecem junto.

Além disso, a presente pesquisa justifica-se, também, na tentativa de reconhecer os padrões impostos pela cultura escolar do século XX, tal como dos recortes de passado e presente, não raras, as vezes, colocados fora do contexto e da realidade em que os alunos estão inseridos.

A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. (JULIA, 2001, p. 9)

Ou seja, a cultura escolar é constituída através de todo um mecanismo que visa encaminhar o aluno em uma direção pautada nos âmbitos social, religioso, político e cultural da sociedade. Não obstante, esta mesma cultura escolar, vivenciada nos dias atuais, possui ainda resquícios daquela traçada anteriormente, para o cenário educacional, no Brasil.

Quanto aos professores, enquanto protagonistas no ajuste da História com a epistemologia. Percebe-se a necessidade de uma renovação na maneira de se perceber o tempo e o espaço, bem como a forma de enxergar/ensinar esse conteúdo em sala de aula. Para tal, propõe-se a pesquisa e leitura de alguns autores renomados no assunto, citados neste texto, a fim de estabelecer uma relação entre o “agora” e o “ontem”, tornando a prática e o produto desta, simbólico e, ao mesmo tempo, plausível, para o discente. Segundo Karnal:

É necessário, portanto, que o ensino de História seja revalorizado e que os professores dessa disciplina se conscientizem de sua responsabilidade social perante os alunos, preocupando-se em ajudá-los a compreender e — esperamos — a melhorar o mundo em que vivem. (2005, p. 22)

O texto não busca aprofundar-se a respeito da origem das primeiras discussões e pensamentos epistemológicos, tampouco, tem como caráter explorar os incontáveis ramos do conhecimento, nascidos a partir desta corrente. Contudo, a fim de desenhar e delimitar o

objeto de análise, é necessário entender as ideias por trás do tema proposto.

O conceito de Epistemologia ou Teoria do conhecimento, está ligado ao "[...] estudo crítico das premissas, conclusões, e métodos de diferentes ramos do conhecimento científico" (MICHAELIS, 2020). Atuando, assim, como um norte identificador da importância de determinado objeto e sua relevância dentro da sociedade científica como um todo. No que se refere ao ensino de História, pode atuar no auxílio à disciplina, no que diz respeito à criticidade do aluno sobre a leitura de determinado momento histórico e suas possíveis implicações, a longo ou curto prazos, dentro da sociedade, servindo como uma linha temporal, permitindo diálogos e inferências acerca das dialéticas a eles apresentadas. O ensino de História não deveria se restringir a narração de grandes fatos históricos sem, antes, um debate, qual os estudantes consigam identificar como tais fatos configuram, também, o presente e como eles podem dispor de elementos que os auxiliem a modificar a sua própria realidade. Segundo Nietzsche (2017, p.), "Somente a partir da suprema força do presente tendes o direito de interpretar o passado". Desta forma, é preciso o entendimento de que a História não é mera narrativa e que cabe aos sujeitos históricos e sociais criarem novas formas de utilizá-la ao seu favor, construindo, assim, novas realidades e conhecimentos capazes de amenizar as enfermidades presentes na sociedade.

A forma de se produzir conhecimento muda com o passar dos anos, uma vez que o presente recorre ao passado, e novos acontecimentos surgem diante de nossos olhos, a todo o momento e instante, pois a história é viva, contínua. Portanto, o modo de ensinar História também precisa acompanhar essa constante.

A História está envolvida em um fazer orgânico: é viva e mutável. Um livro sobre uma guerra escrito há cem anos continua válido como documento, mas é muito provável que a visão de quem o escreveu esteja superada. Por superação entendemos o que não é mais compartilhado pela maioria. (KARNAL, 2005, p. 8)

Do ponto de vista metodológico, foi utilizado o arsenal bibliográfico adquirido ao longo da disciplina, compondo, assim, uma pesquisa de natureza qualitativa, qual está focada na exploração do tema, para uma maior análise do mesmo. "A pesquisa Bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos" (GIL, 2008, p.44). Desta forma, busca-se, aqui, fazer uma trajetória das representações do ensino de História e, não menos importante, demonstrar como esta e a Teoria da ciência podem e devem andar juntas, durante todo o processo de ensino-aprendizagem, a fim de uma melhor (re)significação do conteúdo ministrado.

O artigo está dividido em duas seções e considerações finais. Na primeira seção é apresentada a trajetória da História, bem como da cultura escolar no Brasil, durante o século XX. Na segunda seção é feita uma correlação entre História e a corrente epistemológica, colocando em evidência a relevância dessa união para os estudos histórico-sociais e, por fim, tenta-se situar o professor dentro desse novo contexto. As considerações finais se destinam a apresentação de resultados obtidos durante o processo de pesquisa.

## **Ensino de História no Brasil no século XX**

Para estabelecer a trajetória do ensino de história no Brasil no século XX, é preciso, antes, compreender o que vem a ser cultura escolar, como foi desenvolvida durante este período e como suas profundas raízes refletem, ainda, no panorama educacional do país. Alguns autores, como Dominique Julia, trabalham com o conceito de “cultura escolar” para além de como ela se estabelece, de acordo com o âmbito social, político e econômico de cada região. Segundo Julia:

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos [...]. (JULIA, 2001, p. 10)

Desta forma, é possível afirmar que a educação brasileira, assim como sua tradição escolar vem sendo pautada sob moldes pré-estabelecidos pela estrutura socioeconômica, política e religiosa. Muitas condutas e comportamentos do século passado ainda se fazem presentes. Ao analisar as disposições das carteiras escolares, por exemplo, onde o professor está posicionado no centro da sala, como detentor de todo conhecimento e saber, percebemos um reforço de uma estrutura que objetiva o controle dos alunos e, conseqüentemente, o condiciona.

A proposta “Escola sem partido”, criada em 2004 no Brasil, pelo advogado Miguel Nagib, é apenas um dos diversos movimentos vistos ao longo de nossa narrativa, enquanto nação, que evidenciam a força e controle com que a política atua na educação brasileira. Mesmo com a Proclamação da República, no final do século XIX, que demandava uma reformulação do currículo escolar, a educação continuava voltada para as elites do país. No entanto, com o crescimento urbano e industrial, foi preciso que a base popular tivesse acesso a alguma escolarização, tornando evidente a disparidade ao acesso, entre a elite e a

população mais carente. Enquanto as classes mais afortunadas possuíam contato com o conhecimento erudito, a grande parcela oposita era empurrada para escolas públicas, sem o suporte necessário do Estado e com grande defasagem na qualidade do ensino oferecido, dificultando todas as portas de acesso e difusão do conhecimento cultural e científico.

É crível que, para este montante, restava o outro caminho, o do trabalho manual. Uma vez que o conhecimento oferecido é pautado, não em desenvolver o pensamento crítico de um cidadão civil a fim de seu desenvolvimento pleno enquanto sujeito, porém, uma instrução voltada para construção de trabalhadores, de mão de obra.

A expansão quantitativa da escola pública, portanto, realizou-se de forma ineficiente porque negligenciou o aspecto central da educação escolarizada: os conhecimentos clássicos acumulados historicamente pela humanidade. (FERREIRA JR, 2010, p. 52)

Para os alunos do ensino público deste período, observa-se uma tríade: ler, escrever e reproduzir. Somado a isto, formar cidadãos inconscientes de seu próprio papel no mundo, parecia ser de suma importância, para o estabelecimento e manutenção de uma sociedade “civilizada”, sem que esta pudesse oferecer qualquer risco à ordem vigente. O caráter normativo que Dominique Julia define como sendo um aspecto recorrente dessa cultura, esteve e se mostra estar presente nos mais variados aspectos, dentro da educação. Agravado ainda mais nas classes desprivilegiadas, em que o acesso às informações parece fluir de forma questionável.

O autor Amarilio Ferreira Júnior (2010), em seus trabalhos sobre educação brasileira nos séculos XIX e XX, aborda a disparidade de qualidade educacional vivida pelas diferentes classes sociais do país. Reforçando as ideias levantadas anteriormente, a respeito da perpetuação desse sistema, ainda nos dias atuais – o que será melhor trabalhado na próxima seção deste trabalho. Este aspecto reflete, também, na forma como o ensino da disciplina de História é desenhado, debilitando a capacidade de atuação dos sujeitos, imersos na pura descrição de acontecimentos do passado e nos modos de vida de grandes civilizações, perdendo, então, a capacidade do olhar além, presos ao presente, sem ao menos refletir sobre ele, ou perceber-se como agente de mudança.

John Locke, na obra intitulada *Ensaio acerca do entendimento humano* (2012), busca compreender pontualmente como o entendimento do homem o situa de acordo com a realidade em que ele está inserido. Para Locke, o homem precisa caminhar baseado em questões empíricas para chegar ao conhecimento. O fato de o ensino de História ter sofrido poucas mudanças significativas ao longo dos séculos, traz consigo um silenciamento de vozes,

e impede a sociedade de alcançar esse entendimento, perpetuando, então, a realidade estrutural social e política em que vivemos.

Dentro desta perspectiva, esquece-se de que a História pode ser escrita por outro viés. Carlo Ginzburg (1989), dentro de seu “paradigma indiciário”, aponta os pequenos detalhes, que poderiam passar despercebidos, sem um olhar mais profundo, porém, de suma importância para o resultado final da análise. Por meio desses sinais pode-se observar uma camada mais profunda dentro da interpretação de um objeto, e com quais elementos este se relaciona, bem como sua intencionalidade.

Demonstrada a riqueza deste tipo de análise, nos faz indagar por qual motivo o ensino de História mantém seu mesmo caráter eurocêntrico? Por qual razão não se é utilizada as ideias abordadas por Ginzburg, Nietzsche ou qualquer outra abordagem de pensamento “moderno”? Por que não fazer conexões que ultrapassem datas fechadas e expliquem a civilização, em uma leitura ativa, consciente e libertadora dos fatos, dito, verdadeiros e inquestionáveis? O que ainda motiva a repetição de um ensino tradicional, que mais silencia, do que incentiva a produção e mudança histórica? Onde está a História de povos tão negligenciados, como negros e indígenas, não como personagens figurantes de um passado, mas enquanto herança fundamental na formação da nossa própria identidade?

Ao estudar alguns dos autores mencionados, é possível reformular a ideias simplistas de ensino para algo que aborde visões interligadas, auxiliando positivamente na (re)construção do ensino da disciplina. O perfil do contar e entender história no decorrer do século XX, assim como ainda hoje ocorre, é marcado pela narração de acontecimentos do passado em uma linha do tempo, sem que seja estabelecida uma conexão entre o sujeito histórico (neste caso, o aluno), dentro do fato contado. Baseava-se também na leitura engessada de documentos e não havia espaço para questionamentos, a verdade era documental, e, diante disso, como os alunos poderiam/podem entender que são capazes de modificar as estruturas que eles conhecem, naturalizam e são naturalizadas na sociedade, todos os dias? Como poderiam modificar a sua trajetória pessoal? Ou ainda, questionar determinados processos sociopolíticos, se apenas são apresentadas meras narrações fora do contexto?

Muitos brasileiros foram e são educados com uma visão da disciplina de História marcada por grandes acontecimentos, numa linearidade e composição sequencial que se encaixam e apresentam como dotadas de um sentido que chegamos ao que somos hoje. (KARNAL 2005, p. 65)

Os seres humanos mudam e, deste modo, a sociedade e seus anseios também mudam. Novas formas de viver e de se analisar essas existências, historicamente falando, se tornam cada vez mais necessárias. O filósofo francês Michel Serres (2013) baseia seus estudos na educação na contemporaneidade. Em sua obra *Polegarzinha* (2013), Serres faz uma comparação entre as gerações, explicando as maneiras de se obter o conhecimento, além de apontar como os hábitos, bem como as expectativas de vida iam se transformando à medida que novos indivíduos chegavam.

Diante dessas transformações, sem dúvida é necessário inventar novidades inimagináveis, fora do âmbito habitual que ainda molda nossos comportamentos, nossa mídia, nossos projetos originados na sociedade do espetáculo. Vejo em nossas instituições o mesmo brilho das constelações que os astrônomos nos dizem ter morrido há muito tempo. [...] Por que essas novidades não aconteceram? Eu acusaria os filósofos, entre os quais me incluo, gente que tem como vocação antecipar o saber e as práticas futuras e que, tenho a impressão, falhou nesse ponto. Presos cotidianamente à política, eles não perceberam o contemporâneo se aproximar. (SERRES, 2013, p. 30)

É necessário alinhar, então, a perspectiva escolar considerando os novos seres humanos que estão surgindo. Tais adequações devem ser incisivas, a ponto de causar mudanças profundas, que reflitam na mentalidade social da geração posterior. Ainda de acordo com o autor:

Raríssimas na história, essas transformações, que chamo de “hominescentes”, abrem, no nosso tempo e nos nossos grupos, uma rachadura tão larga e evidente que poucos olhares a avaliaram devidamente, comparável àquelas, visíveis do neolítico, do início da era cristã, do final da Idade Média e do Renascimento. (SERRES 2013, p. 24)

Na extremidade dessa fenda, temos jovens aos quais pretendemos ensinar, em estruturas que datam de uma época que eles não reconhecem mais: prédios, pátios, de recreio, salas de aula, auditórios universitários, campus, bibliotecas, laboratórios, os próprios saberes... Estruturas que datam, dizia eu, de uma época e adaptadas a um tempo em que os seres humanos e o mundo eram algo que não o são mais.”

Assim, as mudanças devem ocorrer de maneira que os jovens desta geração sintam-se inseridos e, não menos importante, reconheçam sua força motriz. Capaz de atuar diretamente contra aquilo que não condiz com sua vontade. Intervindo, de forma crítica e responsável, e agindo de acordo com os interesses em prol de um bem maior, um grupo social.

## A epistemologia a favor da história

Se a História é uma ciência social, caracterizada pelo estudo do seu objeto (o homem), fica evidente a existência de métodos, abordagens, metodologias que a validam enquanto ciência. Desta forma, por que não se utilizar da epistemologia enquanto ferramenta questionadora da própria natureza do conhecimento, a seu favor, a fim de contemplar as mais diversas áreas, como elucidada o empirismo? Isto tornando o elo entre o velho e novo uma fonte inesgotável de saber.

Logo, percebe-se que o ensino de História carece de melhorias, se seu intuito for atender e responder às carências e anseios das novas gerações. Sendo papel do professor optar por este olhar, buscando as respostas para as perguntas elaboradas outrora, e interpretando novas maneiras e caminhos, bem como instruir, incentivar, conduzir seu aluno ao aperfeiçoamento do pensamento crítico. Segundo Kant:

A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, está sempre melhor aparelhada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas, e, assim, guie toda humana espécie a seu destino. (KANT, 2012, p. 446)

Para o autor Peter Lee (2006) “A história é uma forma pública de conhecimento e o desenvolvimento de uma tradição metacognitiva, com suas próprias normas e critérios”. Tal conceito levantado por Lee é de fundamental valor, no que diz respeito à interpretação dos fatos, despertando a consciência coletiva para o entender e construir História. Ainda seguindo sua linha de raciocínio, a História é utilizada em prol da cidadania, no sentido da elaboração de noções cívicas e na criação de uma identidade nacional e, até mesmo, para a coesão social. A literacia histórica surge como uma possível ferramenta de mudança de *status* sobre História e do seu ensino que, para Lee, são frágeis.

Os professores, por sua vez, têm um papel fundamental nesta reformulação, sob o viés epistemológico, justamente ao apresentar, em sala de aula, ou por meio de outros modos de ensino-aprendizagem não convencionais, variados textos que podem ser aliados na composição de um novo currículo escolar. A própria interdisciplinaridade se faz necessária, como um fator indispensável para este diálogo. De acordo com Karnal:

A inserção dos temas transversais deve ser considerada nesse contexto de questionamento aos procedimentos escolares. Alterar a compreensão de que

a disciplina não é um fim em si mesma, mas um meio para chegar a outros objetivos, refletindo e atuando na educação de valores e atitudes dos alunos e cidadãos, é condição fundamental para a renovação do ensino. (KARNAL, 2005, p. 66)

Diante disto, a reformulação dos conteúdos baseados na busca por novas respostas, dentro da epistemologia e da interdisciplinaridade, mostram-se como um caminho eficaz na (re)significação do sujeito histórico, agora consciente do mundo ao seu redor e da sociedade da qual faz parte, sendo capaz de escrever e/ou modificar a sua própria existência. Para tanto, o autor enfatiza.

No entanto, a autonomia da condução do processo educacional é do professor. Considerando a diversidade e a pluralidade da realidade brasileira, não pretendemos com essas indicações limitar a criatividade e a capacidade de cada educador, mas antes, partilhar reflexões e experiências sobre o ensino de História. (KARNAL, 2010, p. 11)

Isto é, o educador é autônomo para escolher o melhor meio a fim de alcançar seus objetivos em sala de aula. Contudo, precisa ser sensível e capaz de perceber a pluralidade existente entre seus alunos e, diante disto, traçar os rumos de sua prática, contemplando toda essa diversidade em “suas mãos”.

O autor tece ainda considerações sobre o professor e o ensino de História, elucidando questões que, no Brasil, precisam ser debatidas. Uma delas é sobre a utilização da política apenas como mera linearidade fatídica. Deixando sua posição clara na seguinte afirmação:

Uma aula pode ser muito dinâmica e inovadora utilizando' giz, professor e aluno. Em outras palavras, podemos utilizar meios novos, mas é a própria concepção de História que deve ser repensada. O recorte que o professor faz é uma opção política. Por mais antiga que pareça essa afirmação, ela se tornou muito importante num país como o nosso, redemocratizado nos aspectos formais, mas com padrões de desigualdade de fazer inveja aos genocídios clássicos do passado. (KARNAL, 2010, p. 9)

Não se pode desvencilhar política de História, mas é necessário que sua abordagem no ensino aconteça com o objetivo pela busca de uma criticidade por parte dos estudantes, distanciando-se do objeto a fim de melhor interpretá-lo, e não mais presos a uma narração de fatos unilaterais, enaltecendo acontecimentos históricos em detrimento de outros, ou, de maneira imprudente, invisibilizando existências e suas subjetividades.

Neste cenário, a epistemologia ganha força, devido ao seu caráter empírico, inerente ao conhecimento e capaz de estabelecer relações entre os múltiplos aspectos que compõem uma sociedade, tais como política, religião, cultura, ciência, economia, filosofia

dentre outros saberes. Devido à riqueza que as ciências do pensamento podem contribuir, dentro de uma avaliação teórico-metodológico autores como Foucault, John Locke, Friedrich Nietzsche, Immanuel Kant, René Descartes, dentre outros, em seus estudos, ganham força nos debates históricos. Uma vez que se apropriam da própria essência humana, para tentar explicar as sociedades de seus tempos e como a forma de produção e distribuição de conhecimento, altera essa condição coletivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste texto possibilita um debate acerca de como a epistemologia pode ser utilizada a em favor do ensino de História. Elucidando a necessidade de que deve sofrer profundas e incisivas transformações no presente, se quisermos construir uma nova perspectiva coletiva.

Neste sentido, filósofos, mentes e vozes da ciência do saber possuem grande potencial na construção deste elo História/Epistemologia. E professores, enquanto educadores/pesquisadores precisam perceber a necessidade de remodelar sua prática, a fim de guiar os alunos ao conhecimento sob esse novo viés. Auxiliando a capacidade destes sujeitos históricos de reconhecer, propor e mudar os rumos da sua trajetória.

Este movimento seria capaz de contribuir com a fuga das práticas tradicionalistas e de condicionamento social, fortemente reproduzidos e perpetuados na sociedade brasileira e cultura escolar. Haveria, então, mais espaço e matéria bruta para as novas gerações, mais críticas e com uma noção política mais desenvolvida. Sendo capazes, ou tendo mais ferramentas de reconhecer, romper, questionar, denunciar e moldar estruturas sociais fixas/ nocivas dentro da sociedade, que atrapalham, atrasam, mancham o desenvolvimento e evolução da Humanidade.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA JR., Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. 123 p. -- (Coleção UAB-UFSCAR).

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GIL, CARLOS. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed – São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. Análise e Interpretação de dados da pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 1 jan./jun. 2001, p. 9-43.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução: João Tiago Proença. Edições 70, LDS. Lisboa. Portugal.

KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LEE, P. **Em direção a um conceito de literacia histórica**. Educar, Curitiba, Especial, p. 131-150, 2006. Editora UFPR.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida**. Tradução de André Luís Mota Itaparica. São Paulo: Hedra, 2017.

SERRES, Michael. **Polegarzinha**. Tradução de Jorge Bastos –Rio de Janeiro; editora Bertrand Brasil, 2013.